

Nunca como hoje, as famílias, nomeadamente os pais, terão estado no centro das atenções da sociedade que os observa no seu desempenho, tendo em conta a privilegiada e importante tarefa que lhes atribui: a educação dos filhos e o seu desenvolvimento equilibrado. Também, nunca como hoje, os técnicos de acção social, educação, saúde ou justiça terão estado tão atentos às necessidades das crianças e ao desempenho educativo dos pais.

Projectos:

NOVA MENTE

Associação Pressley Ridge Portugal

ESCOLA DE PAIS

Associação Margens

REDE DE INTERVENÇÃO NA FAMÍLIA

Associação ARISCO

NOP – NOVAS OPORTUNIDADES PARENTAIS

Questão de Equilíbrio – Associação de Educação

e Inserção de Jovens

LAÇO

Instituto das Comunidades Educativas

PARA PAIS SOBRE FILHOS

Centro Doutor João dos Santos – Casa da Praia

ESPAÇO DA FAMÍLIA

Fundação Portuguesa A Comunidade contra a Sida

SAFER – SERVIÇO DE APOIO À FAMÍLIA EM RISCO

Movimento de Defesa da Vida

OITO PROJECTOS SÓ PARA PAIS:

A FAMÍLIA COMO CENTRO DE INTERVENÇÃO

Equipa Técnica:

DANIEL SAMPAIO

(Coordenador Científico)

HUGO CRUZ

MARIA JOÃO LEOTE DE CARVALHO

O QUE É E COMO SURTIU ESTE PROGRAMA?

As questões em torno dos riscos sociais que atravessam a condição da infância têm vindo a constituir objecto de especial atenção na sociedade portuguesa. Abandono, negligências, maus tratos e abusos de natureza diversa são termos que evocam alguns dos problemas sociais de que são vítimas muitas crianças e jovens em Portugal, situações que se vêem reflectidas não só nas estatísticas de diferentes organismos oficiais, mas também na intervenção directa de técnicos e entidades no terreno. A institucionalização de muitos é um facto que decorre da situação de perigo em que se vêem colocados pelas dificuldades ou até mesmo incapacidade das famílias e dos cuidadores para assegurarem a promoção dos seus direitos e a sua adequada protecção.

Desde sempre, a Fundação Calouste Gulbenkian tem estado atenta a estas situações e tem apoiado, através da concessão de subsídios, numerosas instituições que vêm a desenvolver trabalho com crianças e com os jovens mais desprotegidos do ponto de vista social, permitindo-lhes a realização de actividades e a promoção de novas iniciativas. A ênfase dada a estas problemáticas está associada à importância que pouco a pouco vem a ser reconhecida à necessidade de uma mais eficaz acção preventiva para a qual a detecção precoce de factores de risco e de protecção se revela indispensável.

À luz deste quadro, a Fundação reforçou o apoio neste campo através do lançamento de um Programa na área da prevenção destinada a crianças e jovens em risco e às suas famílias que se iniciou em 2007 e se estenderá até 2013. Assente em intervenções estruturantes, tem-se por principal meta contribuir para a promoção de competências parentais de forma a prevenir negligências, maus tratos e abusos na infância. Na convicção de que se às famílias forem disponibilizados os apoios adequados para o desenvolvimento de competências parentais se criam condições para evitar o recurso à institucionalização, a Fundação Calouste Gulbenkian decidiu que a primeira componente do Programa “Crianças e Jovens em Risco” a ser implementada incidisse na área da Educação Parental.

Em Agosto de 2007 foi lançado um Concurso aberto a candidaturas promovidas por organizações que já se encontravam a realizar projectos com crianças e jovens em risco e com as respectivas famílias, de preferência em articulação ou em colaboração com as Comissões de Protecção de Crianças e Jovens.

ISABEL MOTA

Administradora da Fundação Calouste Gulbenkian

OS PROJECTOS DE FORMAÇÃO PARENTAL

As áreas de intervenção elegíveis para efeitos de cofinanciamento na primeira fase de execução do Programa foram os concelhos de Lisboa, Amadora, Sintra e Setúbal por as Comissões de Protecção de Crianças e Jovens locais apresentarem alguns dos mais elevados volumes de processos de promoção e protecção a nível nacional. Desde o início de 2008 que a Fundação apoia oito projectos-piloto, dois em cada um dos concelhos seleccionados, que ao longo dos três anos de duração prevista são objecto de uma acção de acompanhamento técnico por parte de um grupo de trabalho constituído para este efeito. De uma forma intencional, estes projectos-piloto apresentam uma grande diversidade quanto às bases teóricas que os orientam, objectivos, modalidades de intervenção, conteúdos, população alvo, recursos, métodos, lógica de execução das acções, actividades e plano de avaliação.

Documento elaborado a partir do Relatório Intercalar de Acompanhamento Técnico do Programa Crianças e Jovens em Risco – Projectos de Formação Parental

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Aboim, S. (2003), *Evolução das estruturas domésticas, Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 43, 13-30.

Almeida, A.N.; Guerreiro, M.D.; Lobo, C.; Torres, A. e Wall, K. (1998), “Relações familiares: mudança e diversidade”, em Costa, A. e Viegas, J. (orgs.), *Portugal, que Modernidade?*, Oeiras, Celta Editora, pp.45-76.

Ausloos, G. (1996), *A Competência das Famílias – Tempo, Caos, Processo*, Lisboa, Climepsi Editores.

Bradley, R. (2002), “Environment and parenting”, em M. Bornstein (org.), *Handbook of Parenting*, Vol. 2. Biology and Ecology of Parenting, Mahawah, N.J.: Lawrence Erlbaum Associates Publishers.

Cruz, H. e Pinho, I. (2008), *Pais, uma Experiência*, Porto, LivPsic Editora.

Cunha, V. (2007), *O Lugar dos Filhos. Ideais, Práticas e Significados*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.

Hammer, T. J., e Turner P. H. (1985), *Parenting in contemporary society*, Englewood, New Jersey, Prentice Hall.

Kellerhals, J.; Pierre, Y e Lazeg, E. (1989), *Microsociologia da Família*, Mem Martins, Edições Europa América.

Lima, R. (2009). *A família não morreu, transformou-se*, Jornal Expresso, 1918, 19-22.

Pugh, G., DeAth, E., Smith, C. (1994), *Confident Parents, Confident Children: Policy and Practice in Parent Education and Support*, London, National Children’s Bureau.

Roussel, L. (1992), O futuro da família, *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 11, 165-179.

Saraceno, C. (2003). *Sociologia da Família*, Lisboa, Editorial Estampa.

Smith, C., Perou, R. e Lesesne, C. (2002), “Parent Education”, em Bornstein, M. (org.), *Handbook of Parenting*, Vol. 4. Social conditions and applied parenting, Mahawah, N.J.: Lawrence Erlbaum Associates Publishers, pp. 389-410.

Wall, K. e Amâncio, L. (orgs.) (2007), *Família e Género em Portugal e na Europa*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.

Wyness, M.; Harrison, L. e Buchanan, I. (2004), Childhood, politics and ambiguity: towards an agenda for children’s political inclusion, *Sociology*, Vol. 38, n.º 1, Fevereiro, 81-99.

CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO PROJECTOS DE FORMAÇÃO PARENTAL



PROGRAMA GULBENKIAN DE DESENVOLVIMENTO HUMANO



FUNDAÇÃO
CALOUSTE
GULBENKIAN

AS FAMÍLIAS PORTUGUESAS

A par das profundas transformações demográficas, culturais, políticas, económicas e sociais ocorridas nas últimas décadas na sociedade portuguesa, a realização de pesquisas centradas na família tem vindo a promover o desenvolvimento de outros olhares sobre a multiplicidade e complexificação de modelos e formas familiares que apontam para uma reformulação de conceitos e para novas leituras sobre a realidade social (Kellerhals et al., 1989; Almeida et al., 1998; Aboim, 2003; Cunha, 2007; Wall e Amâncio, 2007). Embora esta multiplicidade não seja um facto novo, algumas das configurações familiares actuais tornam a definição do conceito de família objecto de especial cuidado. Nessa linha, Roussel (1992) vai mais longe ao defender a ideia de que nos tempos actuais não é possível falar de família se não no plural, em torno de famílias. Diversamente da variação quantitativa, é ao nível da sua estrutura e da natureza das dinâmicas familiares que se vêem reflectidas as mais importantes mudanças. Cada família evidencia-se como um dos lugares privilegiados de construção social da realidade nas suas dimensões de espaço físico, relacional e simbólico (Saraceno, 2003), com a sua própria trajectória, envolvendo diferentes estratégias de ruptura e continuidade. A emergência de determinadas formas de (re)composição familiar tem vindo a tornar mais visível outros actores sociais que, além do pai e mãe, ocupam um lugar de destaque em muitos grupos domésticos, como os padrastos ou madrastas, os avós ou os tios e primos. Outras variáveis relativas à família apontam para uma realidade plena de transformações em Portugal: conjugalidade tardia, aumento das taxas de divórcio, novos modelos de relacionamento (coabitação, famílias monoparentais), e maior percentagem de crianças nascidas fora do casamento (Wall e Amâncio, 2007). Tende a falar-se muito das mudanças e da crise que ameaça a família, algumas já iniciadas na década de 1950, mas a verdade, como confirmam dados da União Europeia (Lima, 2009) é que continuam a ser majoritários os casais com filhos e que para quase a totalidade dos portugueses a família é considerada como *extremamente importante* e deve ser *uma prioridade*.

EDUCAÇÃO PARENTAL

A valorização da condição de criança no final do século XX, expressa em documentos jurídicos internacionais que vieram a ser ratificados e transpostos para a realidade nacional, reforça a ideia de que não é mais possível entender a infância como uma qualquer experiência universal, de duração fixa, mas antes, porque construída socialmente, implica a compreensão das singularidades individuais relativas a condições de género, classe ou outras. Reportando-se a determinada etapa da vida por referência a sistemas de valores, delimitada por um conjunto de características sociais heterogéneas, não mais pode ser vista como um dado natural ou universal garantisticamente definido ou como mera realidade biológica (Wyness et al., 2004). Nunca como hoje, as famílias, nomeadamente os pais, terão estado no centro das atenções da sociedade que os observa no seu desempenho, tendo em conta a privilegiada e importante tarefa que lhes atribui: a educação dos filhos e o seu desenvolvimento equilibrado. Também, nunca como hoje, os técnicos de acção social, educação, saúde ou justiça terão estado tão atentos às necessidades das crianças e ao desempenho educativo dos pais. As tão faladas mudanças na família, muitas delas iniciadas ou até mesmo já ocorridas em momentos passados, mas nunca explicitadas e assumidas, e a preocupação com o interesse superior da criança, sustentam as mais variadas intervenções junto das famílias que vão desde a terapia familiar à informação parental, passando pela Educação Parental. Tendo em conta que a parentalidade contempla diferentes componentes (cognitiva, emocional e comportamental), é importante valorizar os afectos e as vivências que a experiência parental encerra em si. Desta forma, assume-se que a experiência vivida por cada pai e mãe deve ser valorizada numa intervenção desta natureza e servir de ponto de partida para a mesma. Os primeiros registos de manuais sobre como educar as crianças surgiram em 1633. No entanto, desde o início da civilização houve sempre preocupação com o crescimento das crianças, sendo central neste processo a transmissão de valores morais e crenças, nomeadamente religiosas, procurando garantir-se a transição para uma vida adulta em conformidade com a mais adequada vivência em sociedade (Smith et al., 2002).

PARA UMA DEFINIÇÃO DE EDUCAÇÃO PARENTAL

1 De um ponto de vista centrado nas necessidades da criança, a Educação Parental é entendida como uma modalidade de intervenção na parentalidade, com objectivos gerais de promoção e capacitação dos pais no desempenho das funções básicas educativas: manutenção da vida, estimulação, apoio emocional, estruturação do ambiente e supervisão (Bradley, 2002).

2 Por outro lado, existem autores que defendem um maior enfoque nas necessidades dos pais e na relação que estes estabelecem com os filhos, considerando a Educação Parental como um conjunto de actividades educativas e de suporte que ajudem os pais ou futuros pais a compreender as suas próprias necessidades sociais, emocionais, psicológicas e físicas e as dos seus filhos e aumente a qualidade das relações entre uns e outros (Pugh et al., 1994).

3 Noutra linha de orientação, em vez de a tónica ser colocada nos princípios teóricos de base dos programas/projectos de Educação Parental, o interesse foca-se nas formas como se desenvolvem, perspectivando-se a Educação Parental como um processo co-construído ao longo da intervenção com os pais, no sentido de se desenvolverem e reforçarem competências parentais que permitam um melhor e mais adequado desempenho das funções educativas (Cruz e Pinho, 2008).

VISÃO INTEGRADORA

A Educação Parental pode ser definida como um conjunto de experiências que potenciam nos pais um maior conhecimento e capacidade de compreensão. Uma intervenção desta natureza pode afectar positivamente a satisfação e o funcionamento das famílias, através da partilha de conhecimento sobre o desenvolvimento da criança e das relações que fomentam a compreensão, gerando modelos alternativos de parentalidade que alargam as escolhas dos pais e promovem novas competências, facilitando o acesso a serviços da comunidade (Hammer & Turner, 1985). As intervenções em Educação Parental devem ter sempre em conta o momento social, cultural e político do contexto em que são realizadas, o nível social, cultural e económico das famílias envolvidas, a sua fé e religião, as suas necessidades idiossincráticas, percebidas como discrepâncias entre o estado actual e o desejável. Esta análise atenta e a adequação do programa/projecto a cada realidade particular são fundamentais para o seu sucesso.

PRINCÍPIOS ORIENTADORES EM EDUCAÇÃO PARENTAL

A concepção e implementação de uma intervenção no quadro da Educação Parental deve obedecer a um conjunto de princípios necessários a uma actuação com maiores probabilidades de sucesso. Em função do desenvolvimento e da avaliação dos Projectos de Educação Parental implementados até à data no âmbito do Programa *Crianças e Jovens em Risco*, apresenta-se de seguida um primeiro quadro de princípios que a experiência de acompanhamento técnico tem vindo a suscitar para discussão:

1 VALORIZAÇÃO DO PAPEL PARENTAL

É fundamental atender ao papel essencial dos pais no desenvolvimento e educação dos filhos considerando as suas características pessoais e as do contexto sociocultural onde se encontram inseridos.

2 CONFIANÇA E PRIVACIDADE

É indispensável a criação de espaços geradores de relações de informalidade e de confiança, que funcionem como bases seguras para o questionamento e a reflexão sobre as práticas parentais e que garantam a privacidade dos envolvidos, no respeito e reserva da sua vida privada.

3 CO-CONSTRUÇÃO DO PROCESSO DE FORMAÇÃO

O desenvolvimento da parentalidade deve ser encarado como um processo co-construído, em que não é apenas o acesso à informação, ou a mais informação, que permite alcançar comportamentos mais adequados, pois as dinâmicas a pôr em prática devem implicar uma reflexão sobre si próprio para que cada um se possa confrontar com as dificuldades de ser pai/mãe. Estimular a colaboração como um trabalho em conjunto e com a família afigura-se decisivo em qualquer acção desta natureza. De igual modo, deve ter-se em atenção o potencial de intervenções concertadas e paralelas com objectivos concorrentes com pais e filhos.

4 RESPONSABILIDADE PARENTAL

Conquistar a motivação dos pais para a intervenção é tarefa primordial: mais do que a mera participação deve procurar-se promover a sua colaboração e a co-responsabilização no desenvolvimento de todo o processo, o que só será possível através de uma criteriosa identificação e consequente resposta às suas reais necessidades.

5 CAPACITAÇÃO

Descentrar a visão além de uma ideia de falta de competência passando a tomar como ponto de partida as experiências, os saberes e as competências que os pais tenham oportunidade de desenvolver, para que o impacto da intervenção seja, de facto, significativo para os próprios. Evitar a atribuição de rótulos às famílias do tipo 'resistência', 'manipulação' e 'desmotivação', substituindo-as por 'falta de informação', 'necessidade de confiança' e 'estratégias legítimas', tal como o profissional as tem (Ausloos, 1996). O modelo a seguir deve ser um modelo de capacitação ao invés de um modelo baseado na lacuna, ou seja, deve estar centrado no uso da técnica da devolução das capacidades de cada um, potenciando a valorização que pode conduzir à transformação da angústia em novas soluções.

6 AUTONOMIA

A intervenção em Educação Parental deve ter como meta a promoção da autonomia das famílias e dos seus membros.

7 DIVERSIDADE DE FAMÍLIAS

Ter em atenção a grande diversidade de situações familiares, procedendo a uma cuidadosa identificação dos factores de risco e dos factores de protecção para cada família, bem como dos diferentes níveis em que actuam relativamente à criança, procurando potenciar os factores de protecção e anular ou diminuir os factores de risco.

8 ESPECIALIZAÇÃO

A intervenção deve ser específica no âmbito da Educação Parental sendo clara nos seus objectivos, continuada, próxima e sistemática, sustentada numa base conceptual e metodológica que oriente as opções relativas ao plano de implementação e respectiva avaliação. Deve também relevar-se a importância da formação diversificada e contínua, o perfil e a postura dos profissionais responsáveis pela dinamização das intervenções, destacando-se a necessidade de se pensar na existência de um profissional especializado que a assegure (educador parental), cujo perfil deve obedecer a determinadas critérios para que as mais-valias possam ser potenciadas e concretizadas. Deve ter-se em consideração que parte considerável do sucesso de uma intervenção desta natureza depende da qualidade da acção dos profissionais, além das características e especificidades do programa/projecto.

9 INTERVENÇÃO INTEGRADA

A intervenção deve ser articulada com a rede de recursos existentes na comunidade, garantindo a sua sustentabilidade e continuidade no tempo, de modo a assegurar resultados efectivos e duradouros.

10 PREVALÊNCIA DA INTERVENÇÃO EM GRUPO

sempre que existam condições. A intervenção centrada em colectivos permite a reunião de vários discursos, a promoção da descentração, o confronto com perspectivas e níveis de desenvolvimento, diferentes bem como um maior envolvimento psicossocial e a economia de energias em benefício da eficiência do grupo (Cruz e Pinho, 2008). Esta prevalência não implica necessariamente a anulação de intervenções individuais, não se devendo descurar a articulação entre ambas.

11 VALORIZAÇÃO DA REDE SOCIAL DE SUPORTE DAS FAMÍLIAS

A promoção de redes formais e informais de apoio às famílias é fundamental; intervenções com famílias centradas exclusivamente nelas próprias são acções que desperdiçam o enorme potencial de desenvolvimento das redes de suporte social.

12 SUPERVISÃO E AVALIAÇÃO

A intervenção deve ser objecto de supervisão e de avaliação dos processos e da equipa técnica, num acompanhamento que tenha por fim o desenvolvimento de uma intervenção cada vez mais qualificada e, consequentemente, com resultados mais positivos.